

## Artigo

# Os Krenak e o desastre da mineração no Rio Doce

Walison Vasconcelos Pascoal

Andréa Zhouri

360

### Resumo

Em 5 de novembro de 2015, a barragem de rejeitos de minério de ferro conhecida como Barragem de Fundão, de propriedade da Samarco Mining Inc. Company, uma *joint venture* envolvendo a Vale S. A. e a BHP Billiton Brasil Ltda, desabou no município de Mariana, Minas Gerais. Cerca de 50 milhões de metros cúbicos de resíduos de mineração foram lançados no Rio Doce e transportados por mais de 600 km até sua foz, no Oceano Atlântico. Entre as muitas comunidades profundamente afetadas estão as do povo indígena Krenak, que habitam a margem esquerda do Rio Doce. Com base na descrição histórica e etnográfica dos Krenak e dos conflitos que vivenciaram em seu território ao longo dos anos, o artigo analisa como esse povo foi afetado pelo desastre da mineração do rio Doce. Seis anos depois, o desastre prevalece como um processo constantemente renovado na vida cotidiana das privações a que todos os grupos afetados foram submetidos. Para o Povo Krenak, o Watu é muito mais do que um rio que proporciona alimentação, lazer, água para os animais e irrigação, enfim, um recurso natural para a sobrevivência. É um parente com quem estabelecem relações. Um familiar que acolhe, aconselha, protege e contribui para a construção da pessoa Krenak. Sua perda, portanto, coloca um desafio ao sistema de justiça ocidental: o reconhecimento de direitos que podem ser formulados a partir de outros sistemas de valoração, baseados em cosmovisões e ontologias que questionam o alcance das formas de comensurabilidade e tradução impostas pelo mundo ocidental.

**Palavras-chave:** Mineração; Desastres no Rio Doce; Povo indígena Krenak; Territórios Indígenas; Conflitos Ambientais.

# The Krenak people and the Doce River mining disaster

## Abstract

On November 5, 2015, the iron ore tailings dam known as the Fundão Dam, owned by the Samarco Mining Inc. Company, a joint venture involving Vale S. A. and BHP Billiton Brasil Ltda, collapsed in the municipality of Mariana, Minas Gerais. Around 50 million cubic metres of mining waste were released into the Rio Doce and carried for over 600 km to its mouth on the Atlantic Ocean. Among many communities deeply affected are those of the Krenak indigenous people who inhabit the left margins of the Doce River. Based on historical and ethnographic description of the Krenak and the conflicts they have experienced in their territory over the years, the chapter analysis how this people found themselves affected by the Doce River mining disaster. Six years on, the disaster prevails as a process constantly renewed in the everyday life of privations to which all the affected groups have been subjected. For the Krenak people, the Watu is much more than a river that provides food, leisure, watering for animals and irrigation, a natural resource, in short, for survival. It is a relative with whom they establish relationships. A relative that welcomes, counsels, protects, and contributes to the construction of the Krenak person. Their loss, thus, poses a challenge to the Western justice system: the recognition of rights that can be formulated from other systems of valuation, based on cosmovisions and ontologies that question the reach of the forms of commensurability and translation imposed by the Western world.

**Keywords:** Mining; Doce River disaster; The Krenak people; Indigenous territory; Environmental conflict.

# El pueblo indígena Krenak y el desastre minero del Río Doce

## Resumen

El 5 de noviembre de 2015, la presa de relaves de mineral de hierro conocida como Fundão, propiedad de Samarco Mining Inc. Company, una empresa conjunta que involucra a Vale SA y BHP Billiton Brasil Ltda, colapsó en el municipio de Mariana, Minas Gerais. Cerca de 50 millones de metros cúbicos de desechos mineros se vertieron en el Río Doce y se transportaron más de 600 km hasta su desembocadura en el Océano Atlántico. Entre las muchas comunidades profundamente afectadas se encuentran las del pueblo indígena Krenak, que habitan en la margen izquierda del Río Doce. A partir de la descripción histórica y etnográfica de los Krenak y los conflictos que vivieron en su territorio a lo largo de los años, el artículo analiza cómo estas personas fueron afectadas por el desastre minero del río Doce. Seis años después, el desastre prevalece como un proceso que se renueva constantemente en la vida cotidiana a partir de las privaciones a las que fueron sometidos todos los grupos afectados. Para la gente de Krenak, el Watu es mucho más que un río que proporciona alimento, ocio, agua para los animales e irrigación, un recurso natural para la supervivencia. Es un familiar con el que establecen relaciones. Un familiar que acoge, asesora, protege y contribuye a la construcción de la persona Krenak. Su pérdida, por tanto, plantea un desafío para la justicia occidental: el reconocimiento de derechos que pueden ser formulados desde otros sistemas de valoración, basados en cosmovisiones y ontologías que cuestionan el alcance de las formas de conmensurabilidad y traducción impuestas por el mundo occidental.

**Palabras clave:** Minería; Desastre del Río Doce; Indígenas Krenak; Territorios indígenas; Conflictos ambientales.

## Introdução

O povo indígena Krenak habita em sua maioria a margem esquerda do rio Doce, no sudeste brasileiro, estado de Minas Gerais. Em novembro de 2015, o colapso de uma barragem de rejeitos de minério de ferro de propriedade da empresa Samarco S.A., uma *joint venture* de duas gigantes da mineração global, a Vale e a BHP Billinton, despejou aproximadamente 50 milhões de metros cúbicos de lama tóxica no rio Gualaxo do Norte, afluente do Doce. Este foi um dos maiores desastres da mineração ocorridos na América Latina. Os rejeitos, popularmente chamados de “lama”, percorreram mais de 600 km até o litoral, no estado do Espírito Santo. Em Minas, além de duas comunidades rurais destruídas, Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, dezenas de outras foram severamente prejudicadas ao longo da bacia do rio Doce até a foz, no Oceano Atlântico. A perda do rio foi particularmente sentida pelos Krenak, uma vez que o rio Doce não é apenas fonte de subsistência, mas um ente relacional que os Krenak identificam como *parente* e nomeiam *Watu*.

O objetivo deste artigo é analisar a forma como os Krenak se viram atingidos por esse desastre da mineração no rio Doce. Para tal, a parte inicial traz informações sobre as origens do povo Krenak, sua composição social e geográfica. Em seguida, o texto apresenta uma breve história dos conflitos por eles enfrentados desde a chegada da Coroa Portuguesa ao Brasil e, sobretudo, a partir do século XX, com a investida de projetos de urbanização às margens do rio Doce. A terceira parte trata das dimensões cosmológicas relevantes para se compreender a territorialidade dos Krenak e, por conseguinte, os danos causados pelo desastre da Samarco ao *Watu* tendo em perspectiva as afetações sobre os Krenak, tema desenvolvido no restante do texto.

## 1. Origens e caracterização demográfica do povo Krenak

O povo indígena Krenak é um dos mais de 305 povos indígenas que (r)existem no Brasil. O último censo demográfico realizado no país levantou que a população indígena é de 896.917 pessoas, com a seguinte distribuição regional: 37,4% no Norte, 25,5% no Nordeste, 16% no Centro-Oeste, 12% no Sudeste e 9,2% no Sul do país (IBGE, 2010). A maioria dessa população (63,8%) habita zonas rurais, o que atesta um estreito vínculo com a terra, no entanto, apenas 57,7% dessa população habita Terras Indígenas oficialmente reconhecidas pelo Estado brasileiro. Habitar em uma Terra Indígena oficialmente reconhecida influencia positivamente em variados indicadores sociais e culturais, como melhores condições de saúde, segurança alimentar e preservação da cultura. Um bom exemplo disso é que nessas terras, 57,3% das pessoas falam pelo menos uma língua nativa. O mesmo levantamento demográfico apontou a existência de cerca de 274 línguas indígenas diferentes no Brasil, entre elas a dos índios Krenak<sup>1</sup>.

As origens do povo indígena Krenak remetem ao relacionamento histórico entre vários subgrupos falantes de línguas classificadas no tronco macro-jê, e que habitavam até a segunda metade do século XIX uma extensa área entre três estados brasileiros, a saber: Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. A vegetação original nesta região é a Mata Atlântica, um tipo de floresta tropical de grande diversidade e densidade, que despertava a curiosidade de estrangeiros à mesma medida que os repelia. No período de 1700 a 1800, esta região, conhecida à época como “Sertões do Leste”, foi considerada uma “zona proibida à conquista [...], constituindo-se, ao mesmo tempo, em barreira ao acesso às zonas de mineração e refúgio de vários grupos indígenas” (PARAÍSO, 2014, p. 21). Com isso, a Coroa Portuguesa buscava desestimular qualquer tipo de tráfico através daquelas florestas. No entanto, quando o ciclo de exploração mineral na região central de Minas Gerais entra em decadência no final do século XVIII, a busca por novas áreas e produtos de exploração promove o avanço sobre estes territórios ocupados pelos indígenas.

---

<sup>1</sup> Os dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo de 2010 referentes aos indicadores da população indígena foram organizados em um estudo denominado “O Brasil Indígena”, e podem ser consultados através da página da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão federal responsável pela execução da política indigenista brasileira: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/o-brasil-indigena-ibge>>. Acesso em 31/10/2020.

Os Krenak ficaram conhecidos por etnônimos distintos ao longo do tempo, sejam com referências toponímicas ou a nomes de chefes grupais. Com a intensificação desses contatos com os colonizadores, disseminou-se o etnônimo pejorativo Botocudo<sup>2</sup>, que alude aos adornos auriculares e labiais típicos desses agrupamentos indígenas. O termo que na sua língua nativa é usado como uma autodenominação é *Borum*<sup>3</sup>, que quer dizer “ser humano/nós”. Atualmente se reconhecem como *Borum* do *Watu*/índios do rio Doce (SOARES, 1992), mas o nome pelo qual a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) os reconhece oficialmente é Krenak, nome do líder indígena que intermediou a relação com o Estado no início do século XX.<sup>4</sup>

Os registros históricos existentes permitem compreender tratar-se de uma população numerosa ligada por redes de relações simbólicas e materiais, que coabitavam um extenso território, mas com um padrão de residência de baixa densidade populacional. Este aspecto está relacionado com um importante traço da organização social desses coletivos que era o fracionamento grupal (EMMERICH; MONSERRAT, 1975; MISSÁGIA DE MATTOS, 2004; PARAÍSO, 1989).

Processos sociais iniciados na segunda metade do século XX desencadearam uma ampla dispersão dos Krenak pelo Brasil, e hoje há grupos residindo nos estados de São Paulo e Mato Grosso. Contudo, a maior parte de sua população vive na Terra Indígena Krenak (doravante TIK), situada à margem esquerda do rio Doce (*Watu*), no município de

---

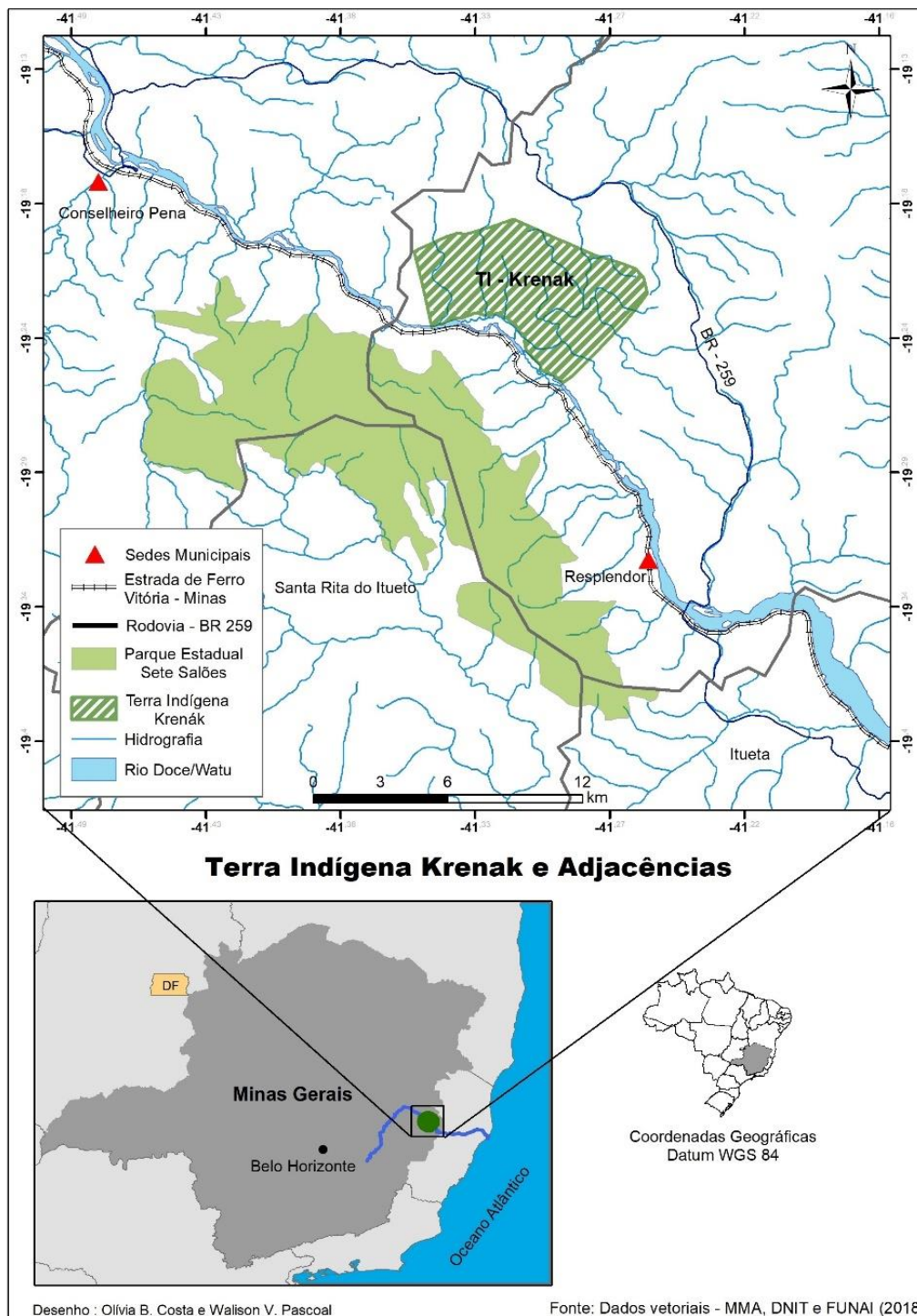
<sup>2</sup> O nome faz referência às grandes rolhas de madeira utilizadas pelos portugueses para fechar os barris, chamadas de “botoques”.

<sup>3</sup> Utilizaremos em itálico as palavras e expressões da língua Krenak.

<sup>4</sup> Como dissemos, uma das formas de nomeação desses agrupamentos era se referindo a alguns dos seus indivíduos, sobretudo aqueles com algum tipo de proeminência sobre os demais, já que as autodenominações grupais são geralmente genéricas e relacionais. Esta característica se articula a uma tradição do indigenismo brasileiro no processo de “atração” dos grupos autóctones para o contato, que era a de identificar estes indivíduos proeminentes e tentar estabelecer uma relação amistosa com eles. Estes indivíduos geralmente passavam a serem designados pelos indigenistas como *Capitães*. A literatura sobre os *Borum* no século XIX registra a existência de vários e conhecidos “capitães” (SOARES, 1992; EMMERICH; MONSERRAT, 1975; OTONI, 2002 [1858]). No início do século XX, as demarcações dos territórios de uso exclusivo dos indígenas, à época denominadas Reservas Indígenas, eram realizadas pelos governos estaduais. Quando o estado de Minas Gerais resolveu demarcar uma área específica para os indígenas que se encontravam dispersos em uma área extensa na Bacia do Rio Doce, a fim de liberar suas terras para a colonização, o agrupamento mais numeroso era aquele “liderado” pelo Krenak, que ficou então conhecido como *Capitão Krenak*. Dessa forma, o grupo do Krenak passou a ser designado como “os Krenak”.

Resplendor, em Minas Gerais (**Mapa 1**). A estimativa é que lá residam atualmente 130 famílias, cerca de 450 pessoas, distribuídas entre sete aldeias, quais sejam: 1) Atorã; 2) Takruk; 3) Uatu; 4) Nakrerré; 5) Naknenuk; 6) Borum Ererré; 7) Krenak.

**Mapa 1 – Terra Indígena Krenak e Adjacências.**



Fonte: Pascoal (2019).

Anteriormente caracterizada pela exuberância da Mata Atlântica, hoje a vegetação da TIK apresenta características de transição para o Cerrado, com o predomínio de pastagens e de poucas matas ciliares. Este aspecto está associado à exploração predatória da madeira e à introdução de pastagens através de arrendamentos ilegais do território de ocupação indígena pelo órgão indigenista a partir da segunda metade do século XX. O território é montanhoso e cortado por alguns córregos intermitentes. Os únicos rios perenes que o atravessam são o Doce e o Eme. Esse último em avançado estado de assoreamento, já que nasce fora da TIK, onde é utilizado como fonte para irrigações mecanizadas. Atualmente os Krenak iniciaram projetos de recuperação de algumas nascentes da Terra Indígena, com o intuito de enfrentarem a crise hídrica que os assola há alguns anos e que se agravou com o desastre que destruiu o rio Doce/Watu.

A economia na TIK gira basicamente em torno da pecuária leiteira, introduzida há cerca de 15 anos como uma forma de compensação pelos impactos causados com a instalação da Usina Hidrelétrica de Aimorés no *Watu*. Há indígenas que trabalham nas três escolas de ensino básico que existem na TIK, na SESAI<sup>5</sup>, na FUNAI, ou nas cidades da região. Algumas famílias se ocupam de pequenas criações (porcos e galinhas) e plantações (os gêneros mais comuns são feijão, mandioca, abóbora, melancia e banana), o que gera um certo comércio desses itens nas suas aldeias.

Há pelo menos dez anos que igrejas evangélicas vêm sendo introduzidas na TIK. Hoje existem três igrejas de denominações distintas: Assembleia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, e Projeto *Tairú* (ligado à Congregação Missionária Protestante Pentecostal). Uma parte significativa da população participa de alguma dessas igrejas, mas geralmente dizem que isso não diminui o engajamento nos ritos e outras práticas religiosas ditas tradicionais. Por outro lado, aquelas pessoas que não participam dessas igrejas de origem estrangeira afirmam que elas impactam negativamente na “manutenção da cultura Krenak”. Nesse sentido, esses críticos têm fomentado um significativo movimento

---

<sup>5</sup> A Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) é um órgão responsável por coordenar e executar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e todo o processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) no Sistema Único de Saúde (SUS).

de valorização de certas práticas identificadas como “tradicionais”, como a conversação na língua materna, a fabricação de tintas naturais, de artesanato e outros artefatos, como instrumentos musicais e cachimbos, o uso de pinturas corporais e a visitação a lugares considerados sagrados e que ficaram fora dos limites da Terra Indígena demarcada, dentre outras. Este processo é autodenominado “ressurgência cultural” (PASCOAL, 2017). Mas este conflito atual é uma fração muito pequena dentro da longa trajetória de conflitos que marca a história do povo Krenak, e da qual faremos um breve apanhado.

## 2. Breve trajetória de conflitos com a sociedade envolvente

No auge da exploração de minerais preciosos no alto curso dos formadores do rio Doce e seus afluentes, muitos foram os esforços da Coroa portuguesa no sentido de propagar a ideia da “ferocidade” dos *Borum*, sempre ressaltando supostas práticas antropofágicas e suas atitudes traiçoeiras.

A decadência da mineração nos fins do século XVIII produziu uma tensão entre o poder real e os agentes da colonização instalados nos distritos mineradores. Estes começam a desafiar a proibição de explorar o “sertão”, com a complacência das autoridades das capitanias, produzindo uma fissura entre a legislação real e o governo regional (LANGFUR, 2017). Para os *Borum* isto representou uma nova fase na relação com o poder colonial, marcada sobretudo por um novo avanço sobre seu território, primeiramente através das bandeiras de exploração mineral, e depois com uso de estratégias militares para a implantação de sesmarias agricultáveis ou propícias para a criação de gado (CAIXETA DE QUEIROZ, 1992).

As incursões de posseiros à “zona proibida” revelavam a existência de grupos indígenas autônomos, algo que pareceu intolerável aos olhos da monarquia portuguesa. Esta autonomia era sentida sobretudo na forte resistência oferecida pelos *Borum*, que



possuíam uma grande capacidade de mobilidade, e por vezes realizavam ataques relâmpagos a fazendas isoladas e expedições que cruzavam o seu território, o que demonstra sua admirável capacidade de defendê-lo (LANGFUR, 2017).

Em 1808, ano em que a Corte portuguesa se transferiu em fuga para o Brasil, Dom João VI deflagrou uma guerra ofensiva contra os Botocudos, apelando ao conceito arcaico de “Guerra Justa”, uma guerra oficial do Estado contra os indígenas. Divisões Militares – também chamadas de presídios – foram criadas ao longo do Vale do Rio Doce, sobretudo em locais de barreiras físicas para sua transposição, como corredeiras e cachoeiras. O uso de forças militares também visava a empreender uma série de obras de infraestrutura, como a abertura de caminhos, construção de pontes e outras obras civis, que sinalizassem aos súditos ordem e segurança, e, com efeito, o estímulo do comércio e colonização nas Capitânicas de Minas Gerais e Espírito Santo através de uma nova rota no Vale do Rio Doce. Aos indígenas restavam poucas alternativas: ou buscavam refúgios provisórios em trechos inexplorados pelos invasores, ou se lançavam às batalhas contra eles, ou cediam ao aquartelamento nos postos de atração. A “Guerra Justa” aos Botocudos terminou oficialmente em 1831. Contudo, o aparato repressivo estatal instalado permaneceu dando apoio à invasão dos territórios indígenas, e a cultura de uso da violência, típica de qualquer guerra, continuou “matando aldeias” por todo o restante daquele século.

Já no século XX, o processo de urbanização nas margens do rio Doce começou com o início da construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) em 1903, que ligava as capitais dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O empreendimento começou a ser construído a partir do Espírito Santo e em 1905 a obra atingiu o território ocupado pelos Krenak à época, nas cercanias da foz do rio Eme em Minas Gerais. A ferrovia dificultou o trânsito dos Krenak pelo seu território e aumentou a pressão civilizatória sobre eles, já que facilitou o deslocamento dos não indígenas pela região, vindos do litoral para o interior, e a valorização das terras ao longo da linha: uma “ferrovia de penetração” (ESPINDOLA, 2015, p. 178). Além do problema civilizacional que a instalação de uma ferrovia no

território Krenak significou, problemas práticos cotidianos emergiram, como o barulho dos trens que afugentava os animais de caça e profanava seus lugares sagrados. Com efeito, o trem de ferro foi interpretado como uma figura maléfica, que os *Borum* nomearam *Guapó*, “monstro que vomita fumaça” (KRENAK; KRENAK; KRENAK, 2010, p. 16). O empreendimento dessa ferrovia tornou agudo o conflito com a “sociedade nacional”, já que marca o início do confinamento severo dos últimos grupos *Borum* no Vale do Rio Doce.

A instalação da EFVM aumentou a atividade mercantil na região. No princípio as atividades econômicas que sobressaíram foram a cafeicultura e a exploração de madeira, fornecendo as bases para a economia das cidades que foram surgindo ao longo do seu traçado. Logo após a primeira demarcação da Reserva Krenak (concluída em 1927), o Serviço de Proteção ao Índio (SPI)<sup>6</sup>, autoriza o arrendamento de parcelas desta terra para que os posseiros – que àquela época já haviam estabelecido grandes fazendas nas redondezas – pudessem explorar as madeiras de lei existentes na Reserva Indígena. Estes arrendamentos foram cada vez mais acirrando os ânimos das partes envolvidas. Os Krenak buscavam manter seus modos de vida através de uma relação próxima com seus “encantados” e de uma economia de baixo impacto ambiental, baseada na caça e coleta de subsistência. Os arrendatários construíam benfeitorias nos locais onde derrubavam a madeira, e posteriormente plantavam lavouras de café ou pastagem para o gado. Para estes, o arrendamento era encarado como título de propriedade. Os interesses contraditórios nesse contexto são a gênese dos conflitos ambientais vivenciados pelos Krenak durante todo o restante do século XX.

Um complexo processo de desterritorialização forçada é deflagrado, com dois episódios agudos. O primeiro em 1957, quando a maior parte do grupo foi enganada e transferida à força para o Posto Indígena Mariano de Oliveira (PIMO), no território do povo indígena Maxacali, região nordeste de Minas Gerais. Algumas das famílias transferidas não aceitaram a remoção e retornaram caminhando para seu território de origem. Uma

---

<sup>6</sup> Órgão indigenista do Estado que antecedeu a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

viagem com cerca de 500 Km que levou aproximadamente três meses, na qual algumas pessoas acabaram se desgarrando e ficando perdidas pelo caminho. Ao chegarem à sua Reserva, encontraram o território completamente tomado por posseiros, e passaram a residir em pequenas ilhas no *Watu*, e em uma pequena área cedida pelo SPI a uma instituição religiosa. Em 1971, os Krenak que resistiam na região do rio Doce foram novamente transferidos pela FUNAI em uma negociação irregular com o governo do estado de Minas Gerais. Dessa vez foram enviados para uma fazenda onde funcionava um centro de treinamento da polícia estadual, a Fazenda Guarani, no município de Carmésia, situado na região central do estado de Minas, a cerca de 350 km de distância da Reserva Krenak. Nesse período o Brasil passava por uma Ditadura Militar<sup>7</sup>, e a FUNAI chegou a manter neste local um Reformatório Indígena para o qual eram mandados indígenas de diversas regiões do país sob a acusação de “ameaçarem a ordem tribal”, sem nenhuma espécie de julgamento, em um flagrante desrespeito aos seus direitos humanos. Nesse contexto de exílio vários indígenas Krenak morreram, e os sobreviventes construíram duramente redes de resistência que permitiram a luta política e jurídica pela retomada do seu território às margens do *Watu*. A decisão judicial da Suprema Corte brasileira que demonstrou as irregularidades institucionais e jurídicas que alienaram o território Krenak foi dada em 1997. Desde então vários indígenas exilados puderam retornar para seu território sagrado, mas outros conflitos impostos pelos não indígenas continuaram a surgir (PASCOAL, 2019).

Além do problema centenário causado pela EFVM, a construção da Hidrelétrica de Aimorés no início dos anos 2000 (um consórcio entre a mineradora VALE<sup>8</sup> e a empresa de

---

<sup>7</sup> Foi um período de variadas violações aos Direitos Humanos. Os militares chegaram a treinar indígenas de diferentes etnias em técnicas de tortura, para que exercessem poder de polícia em seus territórios. O projeto chamava-se GRIN (Guarda Rural Indígena) e ganhou notoriedade nos últimos anos desde que imagens em vídeo da formatura da sua primeira turma foram descobertas. Essas imagens mostram os indígenas desfilando uma técnica de tortura conhecida como “pau de arara”. Estas imagens podem ser conferidas na seguinte reportagem: <<https://www.youtube.com/watch?v=w5imv95KVOK>>. Acesso em 03/11/2020. Outro documentário sobre o Reformatório Indígena Krenak pode ser assistido através do link: <<https://www.youtube.com/watch?v=Qpx8nKVXOAo>>. Acesso em 03/11/2020.

<sup>8</sup> A VALE, que atualmente é a segunda maior mineradora do mundo, foi criada em 1942, no contexto da Segunda Guerra Mundial, em um acordo que envolveu Brasil, EUA e Inglaterra. O Acordo de Washington definia que a Inglaterra transferiria o controle das jazidas de ferro de Itabira (MG) e a EFVM ao governo brasileiro, e os EUA

energia CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais) represou o *Watu* cerca de 12 Km à jusante da TIK, novamente impactando no território e na vida *Borum*. O povo Krenak foi completamente alijado das etapas de estudos sobre os impactos ambientais da hidrelétrica, o que mais tarde ficou comprovado nos autos de uma Ação Civil Pública (ACP) movida pelo Ministério Público Federal, em 2005. Com o empreendimento já em operação, esta ACP definiu algumas compensações ao povo Krenak, cuja medida mais significativa foi a implantação de um Projeto de Pecuária Leiteira, que visava promover a sustentabilidade econômica dos Krenak. Contudo, o povo Krenak não tinha experiência em negociações dessa natureza, e as instituições públicas que deveriam assessorá-los de modo que seus costumes e interesses coletivos prevalecessem foram seduzidas pela visão de um “indigenismo empresarial” (BAINES, 1993) pautado pela VALE. Alegavam que o principal problema para os Krenak era sua inserção no sistema produtivo regional, cujo principal expoente seria a pecuária leiteira. Essa visão foi legitimada pelos órgãos de controle e judiciário antes que um sistema de consulta e deliberação nos moldes tradicionais dos *Borum* tivesse sido realmente efetivado, em um modelo artificial que Stephen Baines definiu como “autodeterminação indígena dirigida” (1993).

A análise que os Krenak fazem do processo é bem clara. Em primeiro lugar, criticam a forma tutelar com que foram definidas em juízo as ações de reparação e o controle dos recursos financeiros pela hidrelétrica. Em segundo lugar, afirmam que o projeto de pecuária leiteira estava mais focado nas especificidades da sociedade envolvente do que nas necessidades indígenas. Algumas famílias Krenak já eram criadoras de gado e apoiaram a iniciativa. No entanto, as famílias que tinham outras aptidões e interesses foram desconsideradas, tais como as voltadas para a produção de artesanato. Para essas, o reflorestamento das diversas áreas degradadas e nascentes da Terra Indígena era mais importante. Contudo, a empresa gestora alegava que o projeto de pecuária precisava ser de grande

---

concederem empréstimo para que o Brasil investisse no aparelhamento das minas, da ferrovia, e do Porto de Vitória, além da implantação da primeira grande siderúrgica do país no estado do Rio de Janeiro, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Dessa forma foi criada a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), cujas diretorias foram repartidas entre executivos brasileiros e norte-americanos, e que em contrapartida deveria fornecer 1,5 milhão de toneladas de minério de ferro por ano durante 3 anos aos dois países (FERREIRA, 2015, p. 64).

escala para se tornar viável. E assim, a diversidade de interesses e aptidões entre os *Borum* foi sacrificada em favor de uma visão estrangeira, cujo proselitismo em favor da UH de Aimorés (e suas controladoras) mais tarde se revelou, principalmente sob a forma de um *pool* de empresas como clientela. Em terceiro lugar, quando pensam nas atividades de implantação do projeto em si, os Krenak criticam os impactos que causaram em suas comunidades, como o incremento do consumo e suas consequências (dependência financeira, competição por status social, mudanças alimentares e de padrões comportamentais etc.), a espacialização do território coletivo pela construção de cercas para a demarcação de pastagens, piora da qualidade ambiental e redução da oferta hídrica, bem como conflitos de ordem sociopolítica (PASCOAL, 2010).

Essa cascata de problemas ainda não estava estabilizada quando ocorreu em 2015 o rompimento da Barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais. Esse crime ambiental destruiu o *Watu*, entidade cuja importância para os *Borum* buscaremos evidenciar a seguir.

### 3. Cosmologia e territorialidade

Em antropologia, o estudo das cosmologias indígenas está relacionado ao entendimento dos sistemas de ordenamento e classificação nativos, sobretudo das teorias nativas de criação do mundo, da aquisição da vida e do constante exercício empreendido pelos povos para manter este ordenamento do mundo (HOWELL, 2002). Nas primeiras etnografias escritas sobre os *Borum* (EHRENREICH, 2014 [1887]; MANIZER, 1919; NIMUENDAJU, 1946), foi dada atenção a diversos elementos de sua cosmologia, com destaque para os sentidos do território e suas entidades.

A cosmologia *borum* reflete largamente sobre “os encantados”, seres divinos e protetores. Tais seres eram chamados *tokón* e só eram vistos por pessoas “escolhidas”. Por estes “escolhidos” os *tokón* eram chamados *marét*. Uma relação com os *tokón* era

desejada, pois estes espíritos forneciam tudo que os *Borum* precisavam para uma vida de abundância. Aqueles “escolhidos” pelos *tókon/marét* possuíam uma “força sobrenatural” chamada *yikéng*. Ser forte sobrenaturalmente era uma condição necessária para que alguém obtivesse proeminência em um grupo, no entanto, não a garantia: “todo líder Botocudo era *yiékeng*; mas nem todo *yiékeng* era líder” (NIMUENDAJU, 1946, p. 103). Essa força não era inata, mas concedida pelos *marét* em encontros extraordinários com esses seres durante incursões solitárias à floresta. O processo de aquisição de *yikégn* era um processo simpático, como depreende-se de um conto *Borum* descrito por Nimuendaju:

*Biyán* took his weapons and went alone to hunt in the forest. At that time he still lacked supernatural power. In the woods he met a large number of *marét*. They seized him, threw him up into the air, caught him again, and thus played at shuttlecock with him. At last one of them said that this was enough; they had merely acted in this way in order to give him power. *Biyán* went home in a daze and lay down. Then he began to sing. After that he went into the woods and the *marét* brought him a number of very large pineapples, which he distributed among his people (1946, p. 103).

373

Percebe-se assim a relevante ligação entre o território e os “encantados”, sendo que estes últimos têm um papel fundamental na “construção da pessoa *Borum*”<sup>9</sup>, e conseqüentemente na produção de um “bem viver” coletivo.

No contexto de sucessivas invasões históricas do território Krenak, a presença dos “encantados” foi sendo relacionada a alguns lugares sagrados que eles tentam manter protegidos, mas que não deixam de sofrer com a ação desencantadora dos não indígenas (a quem os *Borum* chamam de *kraí*). Entre aqueles situados mais próximos da TIK estão as ilhas no *Watu*, a “Pedra Pintura” (*Takruk Tek-tek*) e as cavernas do “Sete Salões” – as

---

<sup>9</sup> Construção da pessoa é um conceito importante para os indígenas das terras baixas da América do Sul, e está relacionado com uma certa ênfase que estas sociedades conferem à corporalidade na elaboração de suas cosmologias. Como afirmam Seeger, Da Matta e Viveiros de Castro (1979, p. 11), entre os ameríndios o corpo não é apenas um suporte de identidades e papéis sociais, mas uma matriz de símbolos e objeto de pensamento. No caso em tela, observamos uma ênfase dos Krenak nos processos de comunicação do corpo com o mundo. A construção da pessoa, com efeito, está relacionada com a obtenção de determinadas características particulares (força espiritual, saúde, pureza, por exemplo) que vem de um relacionamento direto com algumas entidades cosmológicas (*tokón/marét*, *Watu*, Sete Salões, Pedra Pintura, entre outros).

duas últimas situadas fora da terra indígena demarcada, e que há vários anos constituem um dos focos da luta política dos Krenak.

A ligação cosmológica com o *Watu* também é fundamental para os *Borum*. Mais que uma “fonte de recursos”, ele é uma fonte de energia espiritual, uma entidade dotada de intencionalidade, que, ademais, também vem sendo secularmente profanada pelos *kraí*. Uma passagem histórica evidencia a sinergia nesta relação. Em 1979, houve uma grande inundação no rio Doce. Nesta época os Krenak encontravam-se, em sua maioria, exilados na Fazenda Guarani. A enchente destruiu várias das construções que existiam nas terras invadidas. Este acontecimento foi interpretado pelos Krenak como um chamado do *Watu* para que eles retornassem às suas terras: “O *Watu* avisa: tá na hora de voltar” (SOARES, 1992, p. 148); “[...] o velho *Watu* fez um serviço perfeito: derrubou a sede do Posto; a cadeia com a solitária; lavou o sangue derramado; e de novo chamou os Krenak” (*ibid.*, p. 153). Misságia de Mattos (1997, p. 16) comenta sobre esta passagem histórica:

Quando retornaram, em 1980, eles reocuparam as moradias destruídas com tanta naturalidade que surpreenderam os “civilizados” que acompanharam a retomada. Os índios entendiam que a enchente só havia ocorrido devido a sua ausência e que, através de encantamentos só conhecidos por eles, eram capazes de fazer com que aquelas águas se acalmassem e retomassem seu volume habitual.

Como já mencionado, as ilhas situadas no *Watu* são de extrema importância. Elas serviram de residência (e resistência) todas as vezes que tentaram expulsá-los da região. Além do mais, alguns dos seus rituais são realizados nestas ilhas, e em muitos dos sonhos<sup>10</sup> nos quais estabelecem contatos com os *Marét-makhian*<sup>11</sup> para receberem seus ensinamentos, frequentemente narram que estes encontros se passam nesses locais.

---

<sup>10</sup> O mundo onírico é um espaço de relações muito importante para os povos indígenas. Grosso modo, é durante os sonhos que as almas se libertam do corpo para viverem experiências variadas (OTERO DOS SANTOS, 2010).

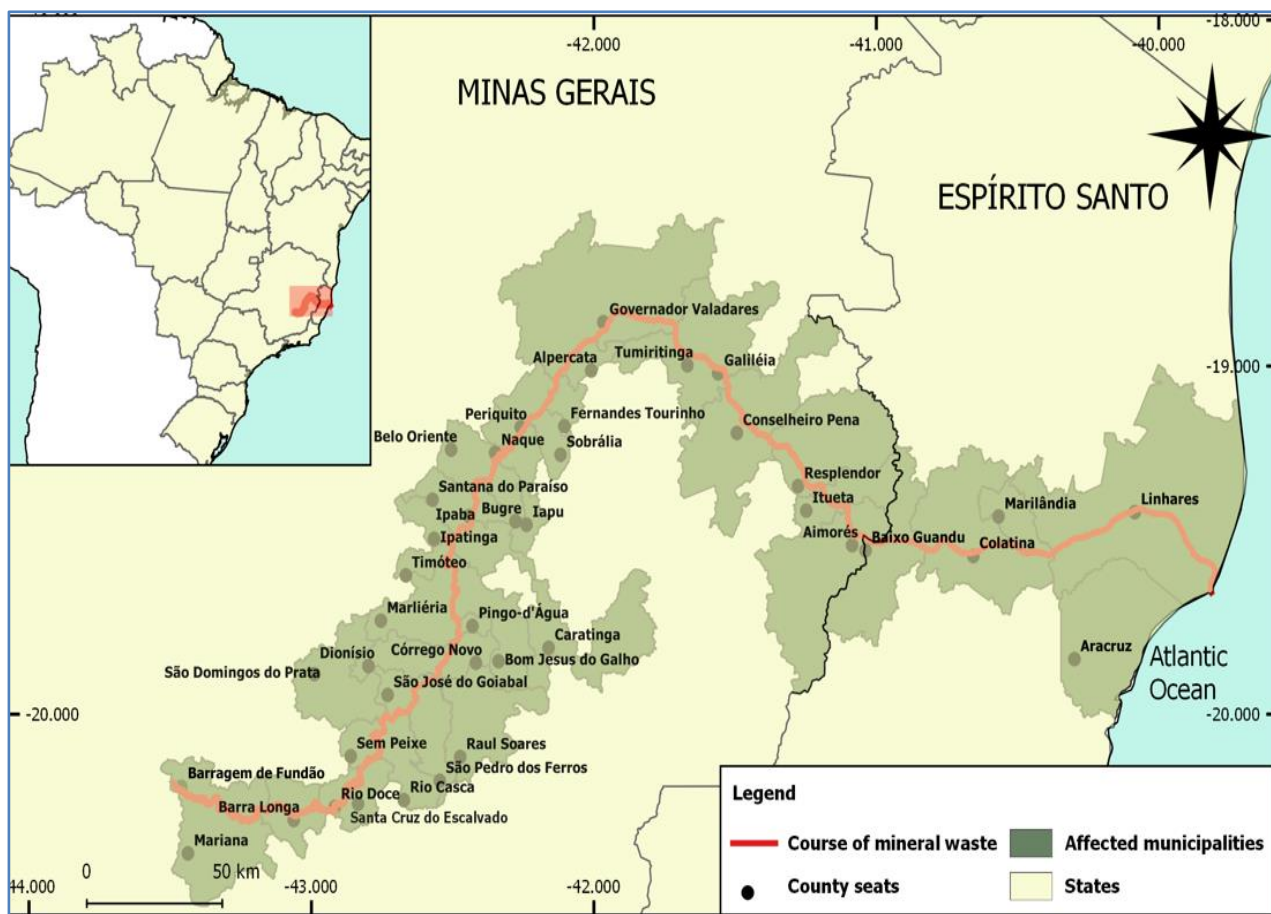
<sup>11</sup> Uma possível tradução para *Marét-Makhian* seria aquelas pessoas que chegaram a ser sábios anciões em vida, e que ao morrerem se tornaram espíritos protetores, ancestrais que serão sempre lembrados.

Os Krenak consideram o *Watu* um igual, um parente, mas sabem que tal afirmação é de difícil compreensão para os *kraí*. Então, buscando uma maior eficácia na comunicação interétnica, é comum ouvi-los dizer “o *Watu* é sagrado”. Esta parece ser a melhor forma para uma aproximação semântica ao universo dos *kraí*. Quando os não indígenas queremos definir coisas/relações especiais, marcadas por ambiguidades peculiares que borram certas distinções cartesianas, dizemos que são sagradas. No caso dos Krenak, assim como para outros povos de tradições não ocidentais, tudo é natural e cultural ao mesmo tempo. A natureza não é concebida como um todo sobre o qual se pode lançar um olhar objetificante. Quando dizem “o *Watu* é nosso parente”, não se trata de uma figura de linguagem, mas uma marcação das suas subjetividades. O rio, a pedra, a caverna, a montanha, a onça, o papagaio, são agentes no mundo. E estes agentes compõem o universo relacional dos Krenak, assim como os *kraí*, a prefeitura, a mineradora, entre outros.

#### 4. Os Krenak e o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton

Com o rompimento da barragem de Fundão em Mariana, em novembro de 2015, cerca de cinquenta milhões de metros cúbicos de rejeito mineral são carregados pela bacia do rio Doce até a foz, no Oceano Atlântico (**Mapa 2**).



**Mapa 2** – Curso dos rejeitos desde o local do desastre no município de Mariana/MG.

Fonte: Zhouri et al. (2017).

Dezenove pessoas morreram de imediato e milhares ainda continuam deslocadas, enfrentando a perda de suas casas, terras, plantas, animais, vizinhos, amigos, comunidades... Passados seis anos, o desastre perdura e se desdobra para além do evento crítico que o ensejou. As pessoas que viviam em comunidades rurais destruídas pela avalanche de lama foram forçadas a viver em casas alugadas e espalhadas na cidade de Mariana. Isolados dos vizinhos e parentes, os atingidos vivem uma vida imposta, presa a negociações diárias e ineficazes, à espera do reassentamento ou da indenização. Com isso, amargam incertezas sobre o futuro e vivem a indignação cotidiana pela impunidade dos agentes corporativos e estatais. O adoecimento tornou-se uma constante entre os atingidos. Para os que permaneceram nas comunidades rurais parcialmente atingidas, o convívio

com a incerteza sobre a contaminação pela toxicidade da lama impõe um consumo inseguro de alimentos e de água. Para esses e para aqueles que foram deslocados para a cidade, doenças como diabetes, hipertensão, síndrome do pânico e depressão impõem um alto consumo de medicamentos e a angústia pela deterioração do próprio corpo. A perda das territorialidades específicas de comunidades rurais e pesqueiras, grupos indígenas e quilombolas merece ser sublinhada, pois os territórios constituem a base social, cultural e econômica da reprodução social desses grupos como coletividades. Eles estão ancorados em um conjunto específico de condições socioecológicas que foram destruídas. No que se refere às afetações impostas aos Krenak, sobressai a perda do rio que, como vimos, mais do que recurso natural, é considerado um parente.

O laudo antropológico pericial elaborado por Maria Hilda Paraíso nos anos 1980, no âmbito dos procedimentos demarcatórios da Terra Indígena Krenak, já explicitava a sua convivência com a destruição do rio e seu confinamento a um pequeno espaço de terra extremamente devastado (68,4 hectares) que não permitia a atividade agrícola e a reprodução da sociedade Krenak como tal. O laudo registra a degradação do meio ambiente, sobretudo do rio Doce, já poluído à época pelas mineradoras e indústrias de aço: “pescar no rio Doce, no trecho de Resplendor, é difícil, e creio que o alimento obtido também não possa ser considerado dos mais saudáveis” (PARAÍSO, 1989, p. 6). Com efeito, desde que recuperaram uma parte do seu território tradicional, os Krenak se empenham em melhorar as condições ambientais destas terras, em consonância com seus usos e costumes tradicionais (KRENAK; DE ALMEIDA, 2009). Conforme exposto, sua relação com a terra (e todas as entidades que a compõem) pode ser pensada como uma continuidade entre o campo social e o campo natural. Assim, é possível afirmar que o *Watu*, bem como os sítios de pinturas rupestres da Pedra Pintura (*Takruk-Tek-Tek*), as cavernas do Sete Salões, e outros tantos “locais/entidades” importantes da cosmologia *Borum*, são sagrados no sentido forte do termo. Ou seja, a relação dos Krenak com estes “locais/entidades” é da ordem da produção da pessoa humana e é, portanto, vital: “a fonte de vida comum”, escreveu o professor Marcos Krenak (1997, p. 45); “o suporte da

nossa vida”, definiu o líder Waldemar Krenak em texto de 2009 (p. 13). Dessa forma, a luta pela proteção destes “locais/entidades” é uma luta para proteger a própria fonte da sua vida e da sua descendência.

O líder Douglas Krenak esclarece esta relação de consubstancialidade e compadrio com o *Watu*, buscando demonstrar as formas imediatas e sensíveis das afetações causadas pelo derramamento de rejeitos no parente:

Então hoje a gente não tem mais os rituais sagrados que fazíamos no rio. E isso tem prejudicado fortemente o nosso povo. Que eram rituais de purificação. De entendimento das coisas que existem. E os mais velhos não tem como realizar mais isso [...]. Os mais velhos entregam toda a sabedoria do povo para as novas gerações através dele. Porque é ele quem batiza os nossos filhos. É o rio que nos dá uma oportunidade de fazer rituais de purificação [...]. Nós temos ele como um parente, um ser vivo que faz parte da comunidade. Quando nós estamos em guerra com a Vale, com o governo, é ele que serve de apoio aqui para nós. E isso há muito tempo atrás já existia [...]. E é ele quem nos dá alimento. É ele quem cura, é ele quem acolhe. É ele quem dá paz. O rio alimenta o povo. E é alimento mesmo! É peixe, caça, plantas medicinais que tem ao longo dele (que ele alimenta essas plantas), principalmente para chá, que tem demais [...]. Tinha uma pedra aqui, que era o local onde o pessoal lavava roupa [...]. (Douglas Krenak, entrevistado em março de 2017).

Ao tomarem conhecimento de que os rejeitos que vazaram da Barragem de Fundão, em Mariana, atingiriam o *Watu*, lideranças Krenak tentaram negociar exaustivamente com representantes das empresas Vale e Samarco. A FUNAI, por meio de sua Coordenação Regional de Minas Gerais e Espírito Santo, esteve no local juntamente com representante da Procuradoria Federal Especializada, para verificar as demandas dos indígenas e realizar os encaminhamentos emergenciais junto à mineradora, em especial quanto à necessidade imediata de fornecimento de água. Após intensas negociações, a empresa Vale se comprometeu a apoiar emergencialmente 126 famílias indígenas. Tal acordo incluiu o fornecimento de água para consumo humano e animal de forma imediata e ininterrupta, suplementação alimentar para os animais, apoio financeiro, destinação de recursos para ações de saúde, além da aquisição de duas embarcações de pequeno porte. A empresa também se comprometeu a realizar a instalação de 120 cisternas, nos

moldes dos programas governamentais, e de uma cerca ao longo da margem do rio no interior da Terra Indígena. Tais medidas emergenciais, contudo, não eximiam a empresa da responsabilização pelos danos ambientais e sociais causados.

Uma arena de insegurança se instalou no cotidiano dos Krenak desde o rompimento de Fundão e seus desdobramentos. Seja a insegurança sobre o nível de toxicidade química da água, até os rumores sobre as possíveis ações de reparação de danos a que teriam direito. O processo de governança do desastre obrigou os indígenas a interagirem com as políticas de reparação de forma submissa. Questionamentos são muitas vezes silenciados sob o temor de retaliações, sobretudo no que se refere à suspensão do acordo emergencial.

É difícil identificar de forma tópica as afetações causadas pelo desastre e pelas próprias ações reparadoras no âmbito do acordo emergencial. Como recurso heurístico, a partir de observações de campo realizadas entre 2017 e 2018, além de entrevista com a liderança indígena Douglas Krenak, identificaremos algumas órbitas de afetações, tais como espaço, saúde, sistema alimentar e temporalidade.

*a) Espaço: água, lixo, cercas, trânsito e assédio.*

No acordo emergencial, a Vale se comprometeu a realizar o fornecimento de água potável para consumo humano e “água bruta” para dessedentação dos animais. O fornecimento é realizado diariamente através de caminhões-pipa que enchem as caixas d’água disponibilizadas pela empresa. Até meados de 2018, a estrutura era bastante precária, o que gerou muitas intempéries e reclamações. Desde então, estruturas elevadas foram construídas de forma mais definitiva para abrigarem as caixas d’água, o que diminui os problemas de armazenamento e distribuição residencial da água, já que em um primeiro momento, as instalações improvisadas produziram ambientes propícios para a proliferação de mosquitos, como os reservatórios de água sem tampas, e o aumento de garrafas pet espalhadas pela aldeia. Esta era uma situação generalizada na TIK, pois nunca houve um fluxo tão grande de materiais passíveis de se transformarem em lixo. Um relatório da Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), elaborado

em 2017, apontou que o acúmulo de lixo nas aldeias aumentara os atritos entre os vizinhos e, conseqüentemente, a construção de cercas nas residências (ALEIXO; DRUMMOND; NICÁCIO, 2017). Após seguidas queixas dos Krenak, em meados de 2018 foram distribuídos recipientes para a acomodação residencial do lixo reciclável. No entanto, disseminou-se nas aldeias a prática de queimar as garrafas PET, e algumas ainda acabam virando lixo pelas estradas de circulação, pastos ou quintais.

De forma inevitável, houve um incremento do tráfego de veículos na TIK com o desastre. Além dos caminhões que distribuem água e cestas básicas, registra-se um trânsito intenso de motos e carros dos trabalhadores contratados para desenvolverem atividades variadas nas aldeias, como ordenha, capina de pastos, construções, entre outros. Os Krenak solicitaram aos empreiteiros que atuam na TIK, inclusive, a construção de quebra-molas nas estradas, próximo de onde há aglomerações residenciais, com o intuito de proteger os pedestres e animais que nelas transitam e diminuir a poeira na estação seca. Sua preocupação com a boa conservação das estradas é algo notável, e está relacionada ao aumento da dependência dos serviços externos. Os mascates também passaram a frequentar a TIK com maior intensidade. Eles oferecem variados produtos: picolés, roupas, calçados, mobiliário, panelas, colchões, entre outros. Muitos destes mascates oferecem seus artigos com pagamentos que podem ser parcelados, o que acabou criando uma clientela e um circuito de vendas. Esse assédio, acrescido ainda pelo influxo de jornalistas, cineastas e pesquisadores, cada qual com suas agendas específicas a demandar interações em tempos diversos com os Krenak, alterou significativamente os hábitos de consumo e de alimentação nas aldeias.

#### b) Saúde.

Dados do Posto de Saúde da TIK informam sobre o aumento da ocorrência de depressão e alcoolismo, bem como de obesidade e hipertensão entre os indígenas, no decorrer do desastre. Essa observação é confirmada em entrevista concedida pelo cacique

da Aldeia *Takruk*, Aauto Krenak: “o nosso povo está ficando um pouco obeso. As pessoas não têm para onde ir. Nós íamos sempre para a beira do rio, agora, é mais dentro de casa” (apud MOURA; SOUZA, 2017).

Os Krenak já se sentiam confinados em uma pequena parcela do seu território tradicional, e o desastre intensificou esta sensação ao tirar-lhes sua principal fonte alimentar e de lazer. O cotidiano foi alterado para uma rotina doméstica, e isto é visto por muitos como uma forma de aprisionamento. Este sentimento intensificou a participação dos Krenak na vida urbana em Resplendor. Assim, é possível perceber a relação complexa entre o desastre e a produção do “sofrimento social”, que aglutina situações que antes eram pensadas em campos separados (saúde, bem-estar, morais, religiosas), e que são agudizados pelas próprias “instituições desenhadas” para responder aos problemas criados pelo rompimento da barragem (ZHOURI *et al.*, 2017).

Da perspectiva Krenak, no entanto, os problemas de saúde estão diretamente relacionados ao desastre. A maior parte das atividades que visam à construção do corpo e da pessoa Krenak estão intimamente relacionadas ao *Watu*. Aprender a nadar, a pescar, a remar, a caçar nas suas margens, a identificar as plantas úteis para a medicina tradicional, faz parte desta construção. Do mesmo modo, a realização dos rituais de purificação espiritual realizados em banhos coletivos visava produzir saúde para o corpo e o espírito. Até a tristeza, que é pensada como uma espécie de doença pelos Krenak, era tratada às margens do *Watu*, que “os acolhia”. Agora esta tristeza é uma presença constante. A dimensão destes problemas é de longa duração. Geovani Krenak assim expôs sua preocupação para uma plateia de estudantes e professores da Universidade Federal do Pará, em novembro de 2017:

Que tipo de liderança Krenak vai haver para guiar o nosso povo no futuro? Um líder que não aprendeu a nadar com o *Watu*. Que não aprendeu a pescar nele. Que tipo de líder será esse que não poderá aprender uma parte importante da nossa cultura?” (Geovani Krenak, comunicação oral na Universidade Federal do Pará, novembro de 2017).

Em diferentes espaços de interação e interlocução, as afetações nos modos de vida e suas implicações no que se refere à saúde são enfatizadas por Douglas Krenak, como a seguir:

Hoje a gente está nesta situação, mas daqui a cinco anos o problema vai aumentar e pode ser outro, né? Porque a natureza, ela demora para construir tudo isto aqui que a gente está vendo. Estas pedras. Formar estes rios. Isto demora muitos anos. E nós, enquanto seres humanos, a gente vai levar tempo, até fisicamente, para o nosso corpo adaptar a toda essa mudança. E isto é ruim demais porque atrapalha todo um processo que nós temos aqui dentro de preservação dos conhecimentos tradicionais do nosso povo (Douglas Krenak, entrevista realizada às margens do *Watu* em 19 de março de 2017).

Nota-se pelo excerto uma compreensão do desastre como processo que se desdobra no tempo e que pode trazer implicações não previstas no presente, em função de dinâmicas ecológicas desconhecidas e suas interações ambientais no que diz respeito à constituição do corpo, dos saberes e da organização da vida.

c) *Comprometimento do Sistema Alimentar.*

Os Krenak já tinham acesso regular a alimentos industrializados, mas esses eram preteridos em relação às variedades que cultivavam ou que obtinham pela pesca ou caça. Após a contaminação do *Watu*, eles pararam de pescar e caçar, como conta Douglas:

O nosso povo sempre teve o costume de comer o peixe do Rio Doce. O Cascudo, o Pacumã, a Traíra e outras espécies. A capivara, por exemplo. Que o nosso povo gosta demais. Que tem no rio, mas que agora o nosso povo foi orientado a não estar ingerindo. Nem peixe, nem essas caças que são do rio, né? Por causa da contaminação [...]. Então agora nos resta a alternativa de outros alimentos que tem na cidade, né? Não que a gente não tivesse acesso a eles. Só que isso agora vai ser uma coisa muito mais necessária e constante, né? O Cascudo, o Lajeiro, o Cari, eram específicos daqui. O camarão que tinha aqui da água doce. Então são espécies daqui [...]. Então isso nós perdemos (Douglas Krenak, entrevista realizada às margens do *Watu* em 19 de março de 2017).

A classificação nativa que permite apontar a predileção dos Krenak por determinados peixes para consumo alimentar leva em consideração não apenas a espécie, mas também o local onde aquele peixe foi criado. Assim, a mesma espécie, se for obtida nos rios da TIK, é preferível àquela obtida em um criadouro. E isto ocorria mesmo estando os índios conscientes da poluição que afetava estes rios. Algo semelhante ocorre com os criatórios de peixe construídos na Terra Indígena após o desastre. O peixe mais desejado ainda é aquele do *Watu*, que não existe mais, a não ser como outro peixe, um “peixe estranho”. Isto demonstra a impossibilidade de uma reparação desse aspecto fundamental do modo de vida, sobretudo no que se refere à produção de um conhecimento tradicional local com significativa autonomia na composição da dieta alimentar dos Krenak. Tais aspectos são enfatizados na seguinte passagem:

As pessoas acham que agora é só chegar e fazer tanque de peixe, fazer um viveiro de caça, ou um pomar com mudas frutíferas, e esquecem que o relacionamento que nós temos com o rio, com nossas pedras sagradas, com nosso território sagrado, vai além disso, né? É o que nos mantém vivos. Caminhando [...]. Para passar o conhecimento para as futuras gerações. Eu acho que é uma violação assim [...]. Sem tamanho. É uma coisa muito séria que fizeram com nosso povo (Douglas Krenak, entrevista realizada às margens do *Watu* em 19 de março de 2017).

A criação de animais também foi seriamente comprometida. A pecuária leiteira se tornou uma importante fonte de renda e alimento para várias famílias. A dessedentação dos rebanhos precisa ser feita com a água bruta trazida pelos caminhões, e qualquer imprevisto no transporte compromete a saúde dos animais. Já a agricultura foi inviabilizada nas adjacências do *Watu*. “O regime de cheias que anteriormente fertilizava as planícies de alagamento, hoje é visto com pavor, pois significa trazer mais rejeitos de minério para estas terras” (FIOROTT; ZANETI, 2017, p. 138).

d) *Temporalidades e autodeterminação.*

Lideranças Krenak questionam a eficácia e o alcance dos programas de reparação propostos em função daquilo que consideram como sendo vícios de origem:



Ninguém quer pensar em preservação. Porque demanda tempo. Você tem que ter paciência e o pessoal não está com paciência para isso mais. Eles querem a coisa assim, ó... Acelerada! E é isso que a gente tem nos projetos de compensação ambiental. É rapidez. Tem que ser rápido. E aí arrebenta a gente demais. Por isso que nós temos bastante problemas. Porque estes projetos de compensação ambiental pelos problemas gerados têm que ser rápidos. Eles têm que tirar foto e mostrar: “olha, o rio acabou e tal, mas os caras têm mais peixe que antigamente”. Igual o cara falou para você: “O rio daqui a cinco anos... Toma aqui o meu cartão. Daqui a cinco anos você vai voltar e o rio vai estar bem melhor do que antes”. Mal ele sabe que o rio nunca mais vai voltar a ser como ele era (Douglas Krenak, entrevista realizada às margens do Watu em 19 de março de 2017).

Esta crítica toca em um ponto ainda pouco explorado nas avaliações socioambientais sobre os danos causados pelo desastre e diz respeito, entre outras, às temporalidades específicas das diferentes culturas e os limites das políticas das afetações. Os Krenak experimentaram várias fórmulas de reparação de dano e sabem que a tônica nestes processos é velocidade e volume. Contudo, é necessário entender que a formação social do povo Krenak é diversa, e isso implica em uma determinada tecnologia política. Todas as ações coletivas são exaustivamente discutidas, o que demanda tempo. As ações que visam reparar danos não consideram esta temporalidade e as demandas desiguais entre os diversos grupos, o que acaba produzindo uma pressão para a execução das metas e uma uniformização artificial das aptidões coletivas. Projetos e alternativas construídas de forma exógena, mais sensíveis ao cronograma das empresas de consultoria ambiental contratadas no âmbito das medidas de reparação, implicam em imposições que resultam em conflitos e sofrimento imposto aos Krenak. A demanda deles é por maior participação na construção de alternativas para os problemas por eles vivenciados. Que ações e projetos a eles direcionados sejam construídos a partir das suas próprias sugestões e com respeito às suas formas de ser, fazer e viver, o que inclui suas temporalidades e direito à autodeterminação.

## 5. Os Krenak e o sistema de reparação do desastre

O desastre da Samarco/BHP Billinton/Vale no rio Doce completou seis anos em novembro de 2021. O processo de reparação ensejou ao longo do tempo árduas negociações e um complexo arranjo institucional. De início, as empresas se recusaram a firmar Termos de Compromissos definitivos, ocasionando a abertura de uma série de ações civis públicas regionais. No começo de 2016 foi elaborado um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) entre as mineradoras Samarco, Vale e BHP, o Governo Federal e os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, o denominado “Acordão”. O Ministério Público não homologa o TTAC, fato que desencadeou uma série de processos nos âmbitos jurídico e extrajudiciais, resultando na celebração de um Termo de Ajustamento Preliminar (TAP), um Termo Aditivo e um TAC – Governança, agora envolvendo a Força-Tarefa criada pelo Ministério Público.<sup>12</sup> Esses instrumentos previam a implantação de assessorias técnicas aos atingidos e buscavam definir as instituições responsáveis pela realização de um diagnóstico dos danos socioeconômicos.

Dentre as inúmeras medidas, cabe destacar a instituição de um modelo de governança que cria o Comitê Interfederativo (CIF) e uma fundação privada, chamada Fundação Renova, financiada pelas empresas responsáveis pelo desastre, e que assumiria a responsabilidade pelo gerenciamento e execução das ações de reparação. Importante observar que os atingidos não tiveram participação na elaboração do acordo geral, o TTAC, e nem no modelo de governança. O Comitê Interfederativo ficou majoritariamente composto por representantes de órgãos administrativos dos níveis federal, estadual e municipal (em número de onze) sobre a presidência do IBAMA, órgão responsável pela proteção ambiental em nível federal, enquanto a representação para os atingidos de toda a

---

<sup>12</sup> O Termo de Ajustamento Preliminar (TAP) foi assinado em janeiro de 2017 e homologado parcialmente em março daquele ano. O Termo Aditivo ao TAP e o TAC-Governança foram assinados em junho de 2018 e homologados dois meses depois, em agosto de 2018.

bacia do rio Doce ficou restrita a um diminuto espaço de apenas três assentos. As representações dos atingidos nunca se definiram para participação, de fato, nessa referida estrutura de governança, o que demonstra sua pouca adesão a esse arranjo institucional.

Já os Krenak reivindicaram um assento permanente no Comitê Interfederativo (CIF), porém, essa reivindicação não foi atendida sob a justificativa de que a representação dos indígenas seria feita pela FUNAI e outros órgãos federais, o que reitera o caráter eminentemente tutelar empregado pelo Estado brasileiro no trato indígena.

Por sua vez, o povo Krenak recusou tratativas com a Fundação Renova ou com a empresa por ela contratada para realizar a componente indígena relativo ao diagnóstico socioeconômico, medida prevista no *Termo de Ajustamento Preliminar (TAP)*<sup>13</sup>. Desde o início, a posição dos Krenak foi a de estabelecer tratativas diretas com a Vale, com quem já possuem um longo histórico de relacionamento e conflito, como expusemos acima. No entanto, em novembro de 2017, o *Termo Aditivo* ao TAP estabeleceu a inclusão de Assessorias Técnicas aos atingidos, para a qualificação das demandas socioeconômicas apresentadas à Fundação Renova.<sup>14</sup> Neste íterim, os Krenak construíram, em parceria com o Ministério Público Federal, o *Protocolo de Consulta do povo Krenak*<sup>15</sup>, que define os critérios de consulta que devem ser seguidos toda vez que forem previstas medidas de caráter legislativo ou administrativo que possam afetá-los. Em julho de 2019, através do Fundo Brasil de Direitos Humanos, instituição responsável pela seleção das Assessorias Técnicas no rio Doce, *foi escolhido em audiência pública*<sup>16</sup> o Instituto de Pesquisas e Ações Sustentáveis (iPAZ) como Assessoria Técnica para a qualificação das demandas do povo Krenak. Apesar do plano de trabalho elaborado pelo iPAZ junto aos Krenak ter sido homologado pelo Juiz da 12ª Vara da Justiça Federal em junho de 2020, uma empresa de consultoria

---

<sup>13</sup> O TAP pode ser consultado em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/termo-de-acordo-preliminar-caso-samarco>>. Acesso em 04/11/2020.

<sup>14</sup> O Termo Aditivo ao TAP pode ser consultado em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/aditivoTAP.pdf>>. Acesso em 04/11/2020.

<sup>15</sup> O Protocolo de Consulta do Povo Krenak pode ser consultado em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/protocolo-de-consulta-krenak/view>>. Acesso em 04/11/2020.

<sup>16</sup> As deliberações desta audiência pública podem ser conferidas em: <<https://www.fundobrasil.org.br/fundo-brasil-vai-viabilizar-trabalho-de-assessorias-tecnicas-na-bacia-do-rio-doce/>>. Acesso em 04/11/2020.

ambiental foi nomeada como perito judicial para acompanhar os trabalhos do iPAZ naquele contexto. Os Krenak questionaram tal nomeação, não apenas por temerem pelo comprometimento de sua autonomia no desenvolvimento do plano de trabalho elaborado conjuntamente com o iPAZ, mas também em função do histórico de serviços da empresa consultora junto ao setor da mineração. O imbróglio permanece na luta travada pelos Krenak para manutenção de sua efetiva participação nos processos de reparação do desastre em suas comunidades.

O que prevalece, portanto, desde o rompimento da barragem de Fundão, é a continuidade do desastre que se renova no cotidiano de privação e de luta a que todos os grupos afetados foram submetidos. O tempo corre a favor das empresas. Esgotadas e adoecidas, as vítimas tendem a aceitar acordos individuais sob endosso da justiça federal. Acordos esses que, a propósito de celeridade e da resolutividade, muitas vezes são inferiores à expressividade dos danos causados às vítimas, sejam indivíduos ou coletividades. Ainda em processo, a resistência dos Krenak e sua luta pela reparação permanece como tema que merece atenção e análise.

## Considerações Finais

A economia moderna, sobretudo a necro-economia do capital, adverte Aráoz (2016, p. 14), “é forjada sob o signo da conquista colonial que saqueou a terra explorando de forma violenta corpos e territórios”, conforme a história dos Krenak demonstra. Como espaço periférico, território colonial por excelência, a América foi constituída desde o início como “território propriamente minerário: zona de mera extração sem fim”. Onde antes havia horizontalidades fluidas, circuitos endógenos de práticas, produtos e sentidos de vida tecidos socialmente de forma territorializada, o poder colonial se irrompeu expropriando, desterritorializando e implantando monoculturas exógenas e verticalidades

extrativistas (ARÁOZ, 2016; SVAMPA, 2013; BEBBINGTON, 2007). Como “princípio de estruturação epistêmica, econômica, ecológica e política da moderna civilização” (ARÁOZ, 2016, p. 19), o extrativismo se realiza, portanto, como neocolonialismo e colonialidade, sobretudo ao anular e subjugar as formas de conhecimento e organização social indígenas. Atualmente, isso é válido tanto para a relação dos Krenak com a mineradora Vale, incluindo nela o desastre do rio Doce, quanto para as medidas e negociações sobre reparação mediadas por instituições do Estado brasileiro.

Entre povos cuja formação dos coletivos é intrinsecamente ligada à terra, afetações à última são necessariamente afetações aos primeiros. Neste sentido, a categoria administrativa de impactos, geralmente submetida à economia de visibilidades do licenciamento ambiental (OLIVEIRA; ZHOURI; MOTTA, 2020), assim como a de governança dos desastres, desconsidera territorialidades e modos de vida específicos, cujos sentidos emergem das próprias concepções constitutivas dos distintos grupos sociais. A definição de impactos se submete, assim, à lógica restritiva da rentabilidade dos negócios e conceitos ocidentais impostos para efeitos de universalização. Como vimos na descrição da trajetória histórica do povo Krenak, nos conflitos que foram enredados pelo avanço colonial, não estava em disputa apenas o território como fonte de subsistência e matérias primas, como havia também uma disputa sobre a própria noção da terra (em uma perspectiva ampla, abarcada por tudo que a compõe, como florestas, cavernas, montanhas, pedras e rios) como entidade cosmológica e agente relacional. A montanha, as pedras e o rio como “*seres-terra*”, tradução livre de *earth-beings*, categoria grafada por De La Cadena (2015). Com efeito, entre os ameríndios, a terra e os coletivos estão mutuamente implicados, isto é, uma Terra Indígena não é uma terra qualquer, e é por isso que geralmente as terras são definidas como sagradas por aqueles que as habitam, como é o caso dos Krenak. Em contraste, as categorias de entendimento tradicionalmente utilizadas para pensar os efeitos de determinado empreendimento são primordialmente focadas no “ambiente”, ou seja, nos aspectos materiais concebidos a partir da cultura ocidental.

Ao se concentrar em apenas um dos termos da relação, tal concepção subjuga os demais termos, fazendo-os emergir em função daquele, como “ambientados”.

A perspectiva adotada neste texto buscou tomar as categorias analíticas sobre os efeitos destrutivos (impactos, afetações etc.) em função das relações estabelecidas entre os termos, ou seja, de um entendimento sobre as formas complexas como estão implicadas as terras e os coletivos que nela habitam. Buscamos mostrar como a relação do povo Krenak com sua terra/rio é constitutiva da pessoa humana, e a luta pela proteção dessas entidades sagradas é uma luta pela sua fonte de vida em um sentido amplo, e não apenas o da sua sobrevivência física. Relembremos aqui a preocupação de Geovani Krenak ao questionar os sérios efeitos de longa duração causados pelo desastre: *que tipo de líderes krenak se formarão sem aprender os ensinamentos com e do Watu?* Este questionamento possibilita justamente a reflexão contemporânea sobre a abertura do conceito de genocídio à compreensão das realidades indígenas, desviando-o, assim, de uma espécie de etnocentrismo, identificado pelos estudiosos do genocídio como “paradigma do holocausto” (MOLINA, 2020, p. 179). Essa abertura busca recuperar a ênfase na natureza colonial do genocídio, já que supõe invasão e assentamento, e isto nos transporta sem muito esforço para a trajetória de expropriações sofridas pelos indígenas e outros povos tradicionais. A luta por direitos enfrenta, pois, o desafio de abandonar uma disposição em adotar conceitos prévios e interessadamente restritivos (OLIVEIRA; ZHOURI; MOTTA, 2020) que visem descrever perdas, danos e destruição, em desfavor das “teorias nativas da destruição” e, como adverte Molina (2020, p. 182), “confrontar usos restritivos da legislação sobre esses temas com sentidos imprevistos dos conceitos”. Eis o desafio colocado pelos Krenak, em relação à perda/morte do *Watu*, o rio-parente, ao sistema de justiça e à luta por equidade ambiental.

## Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) para os projetos “Mineração, saberes ambientais e participação: popularização da ciência para a construção da justiça ambiental” (APQ-04074-15) e “O Desastre e a Política das Afetações: compreensão e mobilização em um contexto de crise” (APQ 01598-16), desenvolvidos pelo Grupo de Estudos em Temas Ambientais (GESTA/UFMG). Agradecemos também a Lucinda Correia pela revisão ortográfica do texto.

## Referências

- ALEIXO, Letícia; DRUMMOND, Amanda; NICÁCIO, Camila. **Direito das Populações Afetadas Pelo Rompimento da Barragem de Fundão: Povo Krenak**. CdH/UFMG. Belo Horizonte, 2017.
- ARÁOZ, Horacio Machado. Ecología Política de los regímenes extractivistas. De reconfiguraciones imperiales y re-existencias decoloniales en Nuestra América. **Revista Bajo el Volcán**, v. 15, nº 23, pp. 11-51, 2016.
- BAETA, Alenice; MISSÁGIA DE MATTOS, Izabel. Arte rupestre, etno-história e identidade indígena no Vale do Rio Doce - MG. **Revista de Arqueologia**, v. 8, nº 1, pp. 303-320, 1994.
- BAINES, Stephen. A Política Indigenista Governamental e os Waimiri-Atroari: Administrações Indigenistas, Mineração de Estanho e a Construção da “Autodeterminação Indígena” Dirigida. **Revista de Antropologia**, v. 36, pp. 207-243, 1993.
- BEBBINGTON, Anthony. Elementos para una ecología política de los movimientos sociales y el desarrollo territorial en zonas mineras. In: BEBBINGTON, Anthony. (org.) **Minería, movimientos sociales y respuestas campesinas: una ecología política de transformaciones territoriales**. Lima: IEP CEPES, 2007, p.23-46.

- CAIXETA DE QUEIROZ, Carlos. **A Construção de uma identidade: o caso das relações entre índios krenak e brancos**. Monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFMG. Belo Horizonte, 1992.
- CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Editora Cosac & Naify, 2004.
- EHRENREICH, Paul. **Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014 [1887].
- EMMERICH, Charlotte; MONSERRAT, Ruth. Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos. Notas linguísticas. **Boletim do Museu do Índio: 3. Antropologia**, nº 3, pp. 5-42, 1975.
- ESPINDOLA, Harulf. Vale do Rio Doce: Fronteira, industrialização e colapso ambiental. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 4, nº 1, pp. 160-206, 2015.
- FERREIRA, Ana Gabriela Chaves. **Mineração em serra tanto bate até que seca: a presença da Vale em Itabira para além do desenvolvimento dos conflitos ambientais**. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.
- FIOROTT, Tiago Henrique; ZANETI, Izabel Cristina. Tragédia do Povo Krenak pela Morte do Rio Doce/Uatu, no desastre da Samarco/Vale/BHP, Brasil. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 6, nº 2, pp. 127-146, 2017.
- HOWELL, Signe. Cosmology. In: BARNARD, Alan; SPENCER, Jonathan (orgs.). **Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology**. London & New York: Routledge, 2002.
- KRENAK, Douglas; KRENAK, Tam; KRENAK, Shirley. Os Krenak de Minas Gerais. In: RUDOLPH, Bruno (org.). **Dicionário Krenak-Português, Português-Krenak [Wörterbuch der Botokudensprache]**. Lisboa: Maumaus, 2010 [1909]. p. 66.
- KRENAK, Itamar; DE ALMEIDA, Maria Inês. **Uatu Hoom**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG; Cipó Voador, 2009.
- KRENAK, Maurício et al. **Conne Pãnda Ríthioc Krenak: Coisa tudo na língua Krenak**. Brasília: MEC/UNESCO/SEE-MG, 1997.
- LANGFUR, Hal. Canibalismo e a legitimidade da guerra justa na época da independência. **Revista Brasileira de História**, v. 37, nº 75, pp. 119-143, 2017.



- MANIZER, Henri Henrikovitch. **Les Botocudos d'après les observations recueillies pendant un séjour chez eux en 1915**. Rio de Janeiro: Arquivos do Museu Nacional, 1919.
- MISSÁGIA DE MATTOS, Izabel. **Borum, Bugre, Kraí: constituição social da identidade e memória étnica krenak**. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.
- MISSÁGIA DE MATTOS, Izabel. **Relatório Temático sobre os impactos da UH de Aimorés sobre o povo Krenak**. IESA. Belo Horizonte, 1997.
- MISSÁGIA DE MATTOS, Izabel. **Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas**. Bauru: Edusc, 2004.
- MOURA E SOUZA, Marcos. Desastre de Mariana muda vida de índios à margem do rio Doce. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 24 julho 2017. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/5049970/desastre-altera-estilo-de-vida-dos-krenakes>>. Acesso em 15/09/2017.
- NIMUENDAJU, Curt. Social organization and beliefs of the Botocudos of Eastern Brazil. **Southwestern Journal of Anthropology**, v. 2, nº 1, pp. 93-115, 1946.
- OTERO DOS SANTOS, Júlia. **Vagares da Alma: elaborações ameríndias acerca do sonhar**. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, 2010.
- OTONI, Teófilo Benedito. Notícia sobre os Selvagens do Mucuri em uma carta dirigida pelo Sr. Teófilo Benedito Otoni ao Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo. In: DUARTE, Regina Horta. **Notícias sobre os Selvagens do Mucuri**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 [1858]. p. 39-94.
- PARAÍSO, Maira Hilda. **Os Krenak do Rio Doce, a pacificação, o aldeamento e a luta pela terra**. XIII Encontro Anual da Anpocs. **Anais [...]**. Caxambu: Anpocs. 1989. p. 27.
- PARAÍSO, Maria Hilda. **Laudo Antropológico Pericial relativo à Carta de ordem nº 89.1782-0 oriunda do Supremo Tribunal Federal e relativo à área Krenak**. Fundação Nacional do Índio. Brasília, 1989.
- PARAÍSO, Maria Hilda. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 413-430.

PARAÍSO, Maria Hilda. **O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste.** Salvador: Edufba, 2014.

PASCOAL, Walison Vasconcelos. Os sentidos de luta e a "ressurgência cultural" entre os Krenak. **Interethnic@ - Revista de estudos em relações interétnicas**, v. 20, nº 2, pp. 87-108, 2017.

PASCOAL, Walison Vasconcelos. **Imagens da Sociopolítica Borum e Suas Transformações.** Dissertação. (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal de Brasília, 2010.

PASCOAL, Walison Vasconcelos. **Um parente na estante do museu: etnografia sobre Jorminhot, estátua sagrada dos índios Krenak.** Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

SEEGER, Anthony; DA MATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. **Boletim do Museu Nacional**, nº 32, pp. 2-19, 1979.

SOARES, Geralda Chaves. **Os Borun do Watu: os índios do Rio Doce.** Contagem: CEDEFES, 1992.

393

SVAMPA, Maristella. "Consenso de los Commodities" y lenguajes de valoración en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, nº 244, pp.30-46, 2013.

ZHOURI, Andréa. **Mineração, saberes ambientais e participação: popularização da ciência para a construção da justiça ambiental.** (Projeto de pesquisa apoiado pelo Edital FAPEMIG 07/2015). Belo Horizonte: GESTA: UFMG, 2016.

ZHOURI, Andréa; ZUCARELLI, Marcos; VASCONCELOS, Max. The Rio Doce Mining Disaster in Brazil: between policies of reparation and the politics of affectations. **Dossier Mining, Violence and Resistance. VIBRANT**, v. 14, nº 2, pp. 81-101, 2017.

**Walison Vasconcelos Pascoal** é Doutor em Antropologia e professor substituto no Departamento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG, Campus Ituiutaba). **E-mail:** walisonvp@gmail.com

**Andréa Zhouri** é Professora Titular do Departamento de Antropologia e Arqueologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora do GESTA-UFMG. **E-mail:** [azhour@gmail.com](mailto:azhour@gmail.com)

Artigo enviado em 21/10/2021 e aprovado em 08/12/2021.